



VULNERABILIDADE DO TERRITÓRIO E CRISE ECONÔMICA DO HAITI: IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA DA GESTÃO DA CIDADE DE CARACOL

Guerby Sainte

Doutorando em Geografia, Instituto de Geociências da Unicamp

guerby20102010@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como principal intuito analisar a vulnerabilidade do território e crise econômica do Haiti, tendo como foco as implicações da política econômica na gestão urbana da cidade de Caracol, no Haiti. Parte-se de uma investigação de que a vulnerabilidade territorial destaca-se cada vez mais nos estudos da Geografia para analisar como diversos territórios e lugares que se encontram mais ou menos vulneráveis às consequências das dificuldades, em boa parte, advindas das instabilidades da globalização. Tal condição gera implicações tanto nos âmbitos econômico e político quanto social e ambiental do Estado, sobretudo com a instalação do Parque Industrial na cidade de Caracol. Busca-se, também, analisar como a vulnerabilidade está intimamente vinculada ao contexto neoliberal de acumulação por espoliação no território haitiano, provocando a propensão dos lugares a danos, desordem econômica e socioambiental decorrentes da desigualdade socioespacial. Nesse sentido, investigam-se quais são as implicações na vulnerabilidade socioterritorial no território haitiano.

Palavras-chave: Vulnerabilidade do território. Política econômica. Caracol.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é trazer informações para compreender a vulnerabilidade territorial e as implicações de política econômica na gestão urbana, tendo como foco a cidade de Caracol, localizada no Departamento do Nordeste do Haiti. Parte-se de uma breve discussão sobre a natureza mutável da vulnerabilidade da cidade de Caracol com a implantação do Parque Industrial de Caracol, considerada como espaço urbano com exposição contínua às forças da mudança, com reconfiguração econômica, ambiental e espacial do território nacional. As reflexões históricas do Nordeste haitiano permitem entender o agravamento das condições socioeconômicas e vulnerabilidades territoriais e urbanas com a instalação de grandes empresas no território nacional, incluindo a dimensão geográfica, a qual é particularmente pequena em relação a outros Estados próximos ao Haiti.

A expansão dessas empresas faz com que a racionalidade econômica passe a ser justificada e que os países periféricos sejam o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente. Assim, esta racionalidade econômica justifica a desigualdade socioespacial e



ambiental, ou seja, nas dinâmicas de distribuição locacional das atividades portadoras de riscos de forma concentrada em áreas ocupadas por populações mais suscetíveis a agravos (ACSELRAD, 2015) ao meio ambiente com as promessas de permitir o desenvolvimento econômico, de infraestruturas e criação de empregos neste país pobre.

O Haiti sofre com baixo investimento do Estado, em todos os aspectos, para geração de empregos para a população em nível nacional e local. A falta de investimento de capital financeiro, como observado na cidade de Caracol, que tem recursos humanos limitados e infraestruturas limitadas, contribui para a exacerbação da vulnerabilidade do Estado haitiano. Ademais, as forças contemporâneas da mudança econômica agravam a situação socioambiental dessa área. Além disso, a vulnerabilidade territorial que o Haiti vem sofrendo relaciona-se ao fato de que o país, a indústria e a população estão expostos a diversos danos causados por diferentes forças externas, como eventos geográficos (terremotos, ciclones, crises sociopolíticas e econômicas, e dentre outros.).

Tais consequências podem ser uma combinação de processos físicos e sociais. Isso faz com que o Haiti se torne um mosaico de vulnerabilidades urbanas e territoriais causadas por fatores estruturais, sociais e econômicos do país. A metodologia deste trabalho envolve a realização de um amplo levantamento bibliográfico de fontes e sites diversos acerca dos principais conceitos, obras sobre as vulnerabilidades urbanas e a respeito das implicações de política econômica na gestão urbana da área estudada.

2. Fragilidade econômica e desigualdade socioespacial no Haiti

O subdesenvolvimento dos países periféricos está vinculado à sua alta dependência aos países desenvolvidos, especialmente do seu capital estrangeiro, pois a maioria desses países encontram-se no setor primário – com fabricação de produtos de baixo valor econômico no cenário internacional. Em sua alta totalidade, as transnacionais são resultantes de países estrangeiros, o que aprofunda ainda mais essa desigualdade econômica e social entre os países. Ademais, o capital ganho com uma determinada empresa nunca permanece no país de origem; ele retorna para a sede das empresas onde foi desenvolvido, ou seja, como particularidade explícita, as grandes nações permanecem com crescimento de sua economia, principalmente com a acumulação de seu capital, em detrimento dos países periféricos.

A configuração contemporânea da economia capitalista é organizada sob os mesmos métodos em qualquer espaço do planeta, constitui uma veracidade ao mesmo tempo quantificável. E analisar desigualdades econômicas é essencial na compreensão das



diferenciações socioespaciais e territoriais do Haiti, visto que, por efeito, é fundamental ao desempenho de seus interesses. Isso se relaciona ao aperfeiçoamento da ordem econômica, que é parte significativa da atitude dos outros aspectos da vivência social, como a ambiental, a cultural e a política, que podem ser explanados. O caso contrário cada vez menos se efetua; quando isso acontece, efetiva-se com uma potência adequadamente baixa nos espaços urbanos dos países subdesenvolvidos. Baseando nisso, Furtado (1974) considera o subdesenvolvimento como uma estrutura de organização social (espacial) dentro de um sistema de (re) produção do sistema capitalista, como um processo elementar particular, que é não uma etapa de transformação como podem produzir os termos de evolução e em crescimento. Portanto, ele é encarado como uma técnica particular de um país desigual, também com grande concentração de renda e de uma classe econômica (média) que se impede a abdicar aos seus privilégios para uma equalização das contrariedades ou mazelas do espaço territorial do país.

No cenário atual, tal desigualdade socioespacial e territorial do urbano, multidimensional e enigmática, como na análise de Sposito (2011), não fica integralmente embrulhada, mas se torna vigorosa pela proporção econômica, fingida tendenciosamente pelo capitalismo e justificada, à vista disso, na produção de aperfeiçoamento e na propagação da desigualdade (socioespacial e econômica do território nacional). É por esse ângulo que entendemos a locomoção da desigualdade para a essência elucidativa das diferenciações socioespaciais e econômicas construídas contemporaneamente, em especial no espaço urbano (e nas diversas cidades dos países subdesenvolvidos, como no caso do Haiti).

Deve-se observar que o sistema de globalização das relações capitalistas situa-se no espaço urbano e na escala da observação do território nacional, seu imprescindível lugar de efetivação e crescimento econômico e comercial. Como resultado dessa relação, Brandão (2008) aponta que a produção territorial e socioespacial de diversas cidades também atua na escala intraurbana. Da mesma forma que a estrutura funcional destas – e sua escala interurbana (dos países subdesenvolvidos) –, passa a atender às obrigações geralmente expansivas do capital, construindo um espaço/território urbano homogêneo e incorporado economicamente. Tal fato assegura, pelas exigências internacionais das vinculações capitalistas, sincronicamente, a reprodução acrescentada do capital e o aperfeiçoamento das particularidades socioespaciais.

No contexto do aprofundamento das desigualdades socioespaciais e territoriais, a homogeneização passa a ser considerada como processo capitalista distanciado de qualquer concepção de homogeneidade e/ou contiguidade, sem sinalização de atenuação das



diferenciações territoriais). Assim, a reflexão realizada por Brandão (2007) refere-se à capacidade ou à técnica do capital em inserir as totalidades humanas à sua prática econômica; ao interesse de todas as pessoas na esfera de seu mercado; e à dependência ou subalternidade de todos os componentes societários na perspectiva de busca de um estabelecimento de um espaço ou de um território uno de acumulação e ao aniquilamento de quaisquer obstáculos espaciais e temporais capazes de acarretar controvérsias à sua mobilidade generalizada ou integral.

Assim, essa mobilidade homogeneizante do espaço, no entendimento de Harvey (1992), é considerada como a dimensão territorial e espacial de um princípio universal do sistema de produção capitalista denominado “crescimento”. Dessa forma, tais implicações econômicas variam entre momentos concretos (nos países subdesenvolvidos), nos quais se concretiza, e épocas no qual é exclusivamente cobiçado, como no decorrer das crises periódicas impreteríveis do capitalismo. É meramente através do crescimento (econômico e social) que os lucros são capazes de ser alcançados e a acumulação do capital é fundamentada, estabelecendo-se, então, como um dos elementos fundamentais da concepção capitalista que pode provocar ainda mais a desigualdade socioespacial e territorial, de modo a dinamizar a fragilidade econômica dos países subdesenvolvidos na lógica de acumulação do capital.

Na percepção atual da evolução econômica dos países subdesenvolvidos, o processo de globalização, segundo Santos (2009), expõe um interesse de se estabelecer o controle do mundo na agregação entre amplas organizações e uma tecnologia imprudentemente utilizada. Porém, as contingências do meio associado e a veracidade dos territórios asseguram a inviabilidade da pretendida homogeneização do espaço, de um lado, pelo fato de que a concepção de espaço pode cooperar para a interpretação do sistema técnico, e, de outro lado, analisando que a função do sistema técnico da produção facilita as transformações do espaço geográfico.

Em relação às transformações do espaço geográfico, percebe-se que a fragilidade da economia dos países subdesenvolvidos distingue-se das economias desenvolvidas, entre outras particularidades, pela ocorrência de faltas significativas em seu arranjo produtivo. Nelas, diversos setores ou agentes econômicos relevantes para a determinação das oportunidades de crescimento estão geralmente ausentes, ou se fazem presentes em nível insuficiente para caucionar o crescimento econômico sustentado, levando as áreas a um crescente de desigualdade socioespacial de produção. Baseando-se nessa hipótese, Corrêa (2007) aponta que a práxis espacial da seletividade (das grandes corporações), considerada



como uma das mais relevantes na produção das desigualdades ou diferenciações socioespaciais (e territoriais no cenário mais recente), é, portanto, o ponto de partida no qual os agentes econômicos procuram as atribuições, as intencionalidades e também as possibilidades evidentemente desiguais no território por trás de seus auferidos processos, assim como o aspecto socioespacial construído em sua decorrência.

Em relação ao aumento da desigualdade econômica e socioespacial de produção, o aperfeiçoamento da concorrência capitalista no mercado internacional, a predominância do capital financeiro no que se refere aos Estados nacionais e aos setores de produção e a dificuldade da vulnerabilidade da indústria moderna provocam a profunda degradação socioterritorial, ambiental e econômica, dando lugar ao aumento do desemprego estrutural, dentre outras estruturas que enfraqueceram esse modo de acumulação (HARVEY, 1992; CHESNAIS, 1996; ANTUNES, 2001), levando, de fato, ao aumento da desigualdade socioespacial e econômica.

No cenário atual do sistema de produção, a ampliação das desigualdades no território é considerada como um dos fatores da fragilidade econômica dos países periféricos. Segundo Smith (1988) e Harvey (1992), essa reflexão baseia-se em duas hipóteses. Em primeiro lugar, a estrutura capitalista de produção é, inerentemente, produtora de desigualdades. A outra é que tais desigualdades (territoriais ou socioespaciais) possuem uma representação geográfica. Efetivamente, a indústria capitalista contemporânea beneficia o arranjo de uma divisão territorial do trabalho drasticamente diferente daquela nos períodos antecedentes. A característica substantiva do capitalismo é a desigualdade em todos os âmbitos da vida social. Traspadini (2016), por sua vez, relata que essa desigualdade socioespacial e territorial é marca imanente do crescimento do capital no sistema capitalista, explicitada nas relações sociais produzidas pela propriedade privada dos meios de produção e da produção social de riqueza capitalista baseada nas normas do valor-trabalho.

Em relação a isso, tal paisagem econômica pode se modificar em um movimento cada vez mais ampliado e acelerado. As regiões econômicas previamente presentes são integralmente modificadas por inovações nas comunicações e nos transportes no território (reconfiguram o espaço urbano e permitem viabilizar a economia, facilitando a acumulação do capital). Tais atividades previamente dominantes dão lugar a outras. Permite-se que algumas desapareçam, enquanto outras surgem. Espaços economicamente relevantes no passado são tornados irrelevantes no presente. E os países considerados como despovoados economicamente podem ser convertidos em espaços industriais importantes para a sua exploração. Nesse sentido, uns e outros “são integrados nas economias nacionais e



internacionais, como parte de uma nova configuração espacial” (SMITH, 1988, p. 208) dos países subdesenvolvidos, como no caso do Haiti, que pode ser discutida no item 3, a seguir.

3. Situação econômica e vulnerabilidade socioterritorial do Haiti

A respeito do Haiti, como de quaisquer outros países, é importante ponderar que a desigualdade (socioespacial e econômica) não resulta das particularidades naturais do espaço territorial nacional ou de sua narrativa colonial. Isso tem a ver com o “desenvolvimento desigual das forças produtivas” no seu território. Smith (1988) aponta que a centralização e a concentração do capital no território produzido ocorrem em sintonia com a dialética social particular do processo de acumulação de capital e, portanto, conduzem a uma superposição das diversificações naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica (no território nacional).

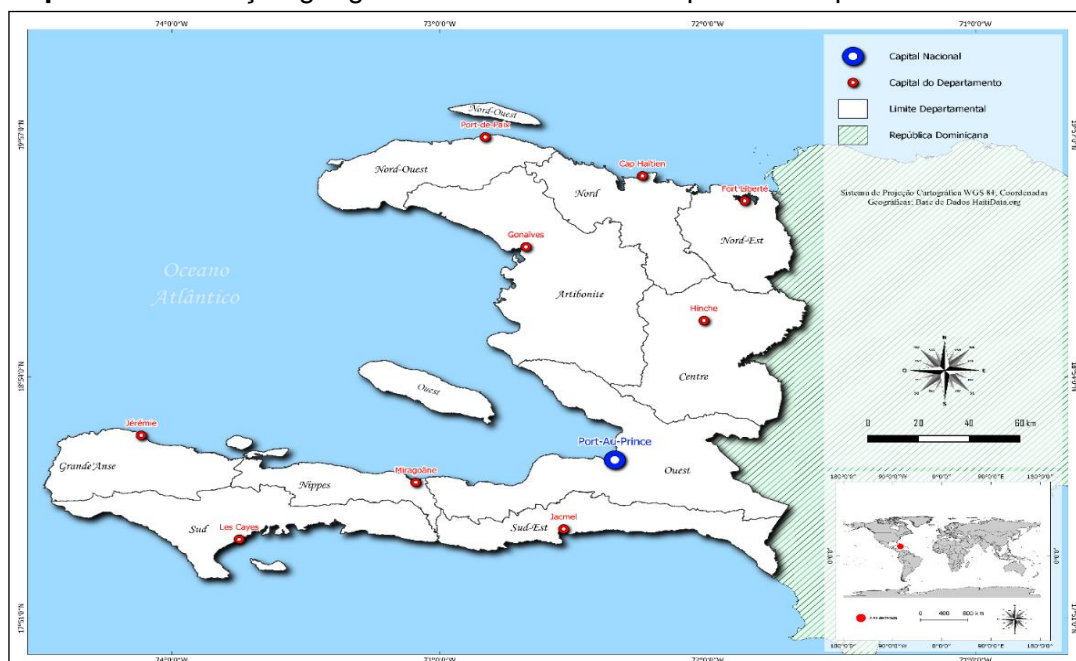
Percebe-se que a superposição das diversificações naturais permite analisar as implicações da fragilidade econômica e das crescentes desigualdades que afetam o espaço ou o território. Tal situação é uma condição comum, consistindo no grau em que o sistema pode ser afetado, modificado ou degradado por distúrbios internos ou externos. Ou seja, é um atributo do próprio sistema, que existe anteriormente à perturbação. A *baixa capacidade de resposta* é, nesse caso, um dos fatores principais dessa condição, definida como a inabilidade ou instabilidade do território de se ajustar e se adaptar frente a um distúrbio para obter vantagens das oportunidades de mudança e enfrentar as consequências das transformações ocorridas. Essas condições dimensionam, portanto, a *probabilidade* de um espaço de sofrer danos ou perdas em decorrência de um evento geográfico de grande intensidade, tanto endógeno quanto exógeno.

Tendo em vista a atual realidade geográfica do Haiti na localização e na implementação da atividade econômica, destacam-se as vulnerabilidades ambientais, políticas e sociais, que respondem pela fragilização espacial e precarização das estruturas econômicas do país. Além disso, o Haiti apresenta vantagens comparativas importantes, porém as limitações estruturais vinculadas à sua fragilidade socioespacial e instabilidade política afetam o seu desenvolvimento (SEGUY, 2014). De fato, o Haiti é considerado como o terceiro grande país do Caribe (depois de Cuba e da República Dominicana), com 27.750 Km² e uma população estimada em 10,9 milhões de habitantes segundo o relatório do Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique (IHSI) de 2015. O Mapa 1 apresenta a localização do



Haiti e a divisão político-administrativa com seus respectivos departamentos (equivalente aos Estados ou Unidades da Federação no Brasil).

Mapa 1 – Localização geográfica do Haiti e seus respectivos departamentos – 2022



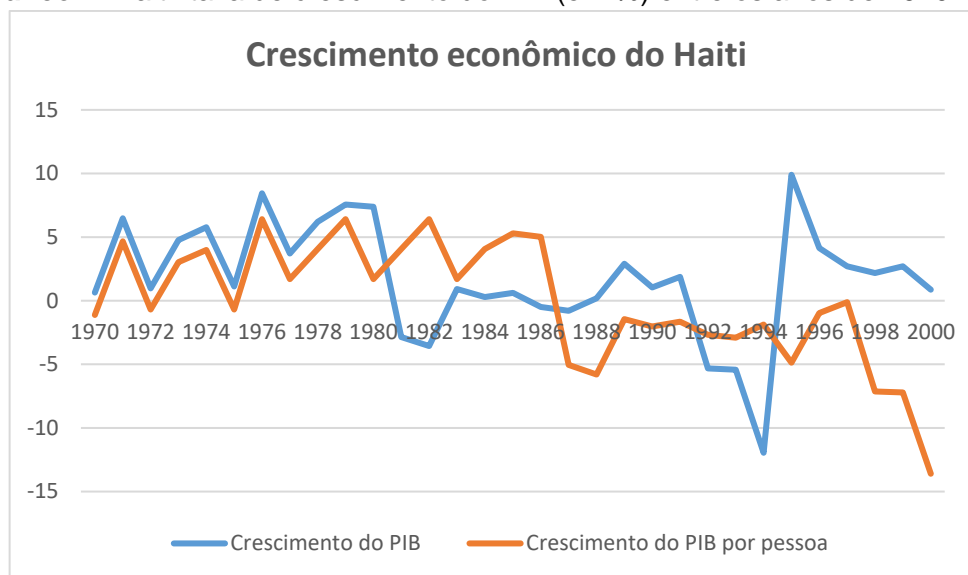
Fonte: Base de dados Haitidata.org. Elaboração cartográfica: autor (2022).

Tais vantagens comparativas, como localização na proximidade dos principais mercados inter-regionais, permitem estabelecer acordos comerciais com os países vizinhos, principalmente com os Estados Unidos e provocando diversas crises econômicas pelo fato de que o país enfrentou um aumento significativo de instabilidade política no tecido social.

Percebe-se que uma das particularidades da maioria dos países subdesenvolvidos no qual o território haitiano se insere, é a instabilidade e turbulência política. Durante o período de 1970-2000, a irrelevância nível de atividades econômicas do Haiti foi impactada pelas perturbações políticas provocada por meio da insatisfação das necessidades básicas da população nacional. Tal turbulência política houve grande impacto no crescimento econômico e na dinâmica da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e essa estabilidade política nos últimos 30 anos acarretou uma correlação negativa entre a turbulência política ocorrida nessa época e no desenvolvimento econômico do país, e provocou grande vulnerabilidade socioeconômica para o país. A esse respeito, o Gráfico 1 mostra o crescimento do PIB do Haiti durante dos anos de 1970 -2000.



Gráfico 1. Haiti: taxa de crescimento do PIB (em %) entre os anos de 1970-2000



Fonte - *Perspective Monde*, 2022. Elaboração: autor (2022).

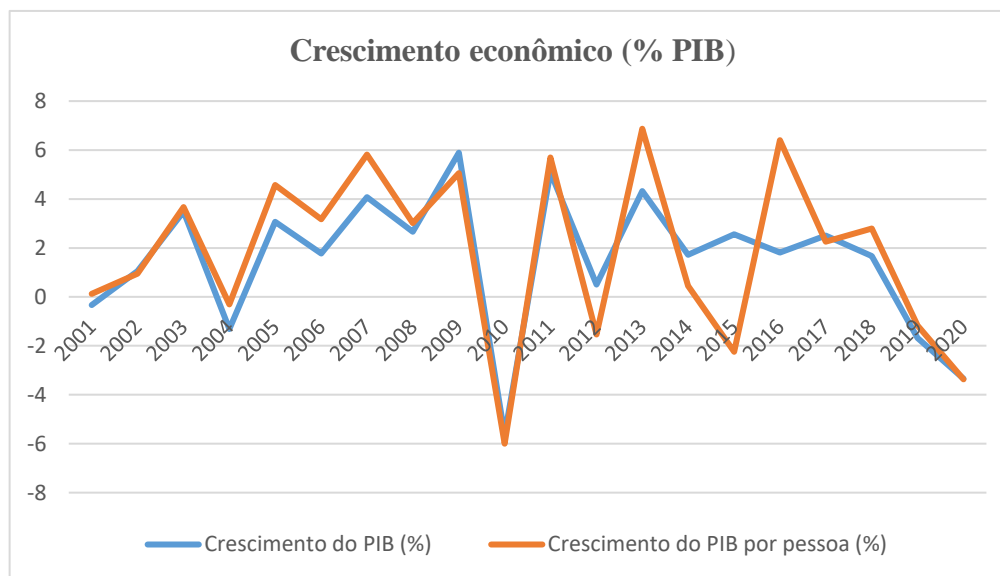
A ditadura de François Duvalier (1957-1971) deixou inúmeras marcas na sociedade haitiana, sendo um exemplo a atual situação institucional, marcada atualmente por significativa instabilidade. Ademais, a ausência de uma força motriz socioeconômica tem sido fortemente sentida, assim como a debilidade dos fatores de produção. Essa condição tem orientado a organização da sociedade a apresentar sinais de retrocesso ou desaceleração.

No território nacional, esse período tem sido definido como um momento de exacerbação de problemas e desafios no nível político e socioeconômico. Os anos 1970 ficaram marcados pela liberalização e revolução econômica defendida por Jean-Claude Duvalier (1971-1986), em um contexto em que houve estímulos a empresários locais e estrangeiros com o objetivo de promover a implantação de zonas francas de subcontratação, possibilitando, assim, fluxo de capital, emprego e mobilidade dos negócios (PIERRE-CHARLES, 2013). Atualmente, os fluxos de capitais externos estão diminuindo e a produção encontra-se em colapso, o que se reflete no produto nacional bruto, no orçamento do governo e nas diversas variáveis da economia. As razões encontram-se na turbulência sociopolítica que afeta o Haiti há cinco décadas, sendo o seu crescimento econômico incerto apenas uma das consequências.

Constata-se que no quarto período de 2000 a 2009 (Gráfico 2), não foi tão diferente do período anterior, e que contabilizou uma taxa média de crescimento econômico de 0,59%.



Gráfico 2. Haiti: taxa de crescimento do PIB (em %) entre os anos de 2001 e 2020.



Fonte - *Perspective Monde*, 2022. Elaboração: autor (2022).

Percebe-se que a condição econômica do Haiti se apoderou dezesseis anos para superar o valor do PIB real de 1991 que foi ocorrida antes de golpe militar. Evidentemente, a economia do país vivenciou dezesseis anos de retrocesso econômico se for comparada os graus de PIB de 2006 a 2007 com os de 1991 a 1992 a preços frequentes de 1986 a 1987. Além disso, o PIB real para o ano fiscal de 1991 a 1992 era de 13.390 milhões de *gourdes* (moeda nacional haitiana) enquanto em 2006 a 2007 era de 13.529 milhões de *gourdes*.

Assim sendo, se for encarada a taxa de câmbio de *gourdes* (moeda nacional haitiana) e dólar de norte-americano, o PIB real do país em 2006 a 2007 era estimado a \$US 356 milhões e continuou muito inferior ao de ano de 1991 a 1992 que era de \$US1.625 milhões. Percebemos que a economia haitiana pode levar mais de 16 anos para se restabelecer dos efeitos sofridos do embargo. Ainda, as consequências do embargo econômico foram intensificadas por outras crises políticas, como as disputadas das eleições de maio de 2000 e também pela revolta contra o presidente de Jean-Bertrand Aristide em 2003, acarretando grave consequência sobre a instabilidade sociopolítica e econômica do país e houve repercussão sobre a vulnerabilidade territorial do Haiti. Tal disparidade aprofunda a vulnerabilidade econômica do Haiti, já afetado com grave consequência material causada pelo terremoto de 2010, e tal situação contribui para aumentar a desigualdade socioespacial e econômica no território nacional.

Além disso, observa-se que no quinto período de 2010 a 2019, a economia haitiana passou por um forte decréscimo econômico no período de pós-terremoto e obteve uma taxa



do PIB negativo de -5,5 e no ano de 2010 a 2011, o PIB do país cresceu de 5,52% devido ao fluxo de ajuda humanitária que recebeu dos diversos países, principalmente, dos Estados Unidos, e o PIB do país voltou a cair drasticamente a 2,9% por efeito de um catástrofe natural que afetou a produção nacional e provocou grande perda a economia haitiana. Todavia, segundo as estimativas do *Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique* (IHSI) de 2014, aponta que o PIB do Haiti durante o período de 2012-2013 cresceu de 4,3, respectivamente. Portanto, esse crescimento econômico foi conferido às boas repercussões na produção de agrícola, em parte, associado a temporada ciclônica que possibilitou uma diminuição dos preços dos produtos e de alimentação importada (MEF/IHSI, 2014).

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico e socioespacial, o Haiti continua a ser prejudicado pela instabilidade política que vem aumentando cada vez mais no cenário de violência e fragilidade econômica do país. Assim, o Haiti continua sendo um dos países mais pobres da região da América Latina e do Caribe, considerado um dos mais pobres do mundo. Em 2020, o Haiti tinha um PIB per capita de US\$ 2.925, o menor da região da América Latina e Caribe, equivalente a menos de um quinto da média dos países da região, que é de US\$ 15.092. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, o Haiti ocupava a posição 170 entre 189 países em 2020.

Cada evento geográfico que ocorre no Haiti traz um impacto muito grande não só à população, mas também para a produção agrícola e toda a economia do país. Ademais, eventos geográficos como os desastres naturais, tempestades, ciclones e a epidemia exacerbada facilitam o êxodo rural, e, portanto, têm uma consequência sobre a economia do Haiti. De fato, a economia do país, desde a década passada, está em colapso. Tal fato suscita uma transformação para incorporar as questões políticas que ocasionaram instabilidade e que trazem consequências negativas ao investimento público e privado, bem como a realização de programas de desenvolvimento público na sociedade haitiana. Essa situação fez com que a economia do Haiti declinasse e apresenta um efeito na queda da produtividade local, resultando em uma baixa competitividade que faz com que o país não tenha como responder à necessidade produtiva nacional. Dessa forma, a maioria da população torna-se dependente dos produtos importados.

Assim, o Haiti ainda se mantém em uma situação de uma fragilidade territorial e institucional, de extrema vulnerabilidade econômica e socioespacial, resultando em uma redução do crescimento agravada pela falta de investimento do governo e das receitas fiscais,



evidenciando o grau de sustentabilidade das finanças do governo nacional. Além disso, o enfraquecimento dos recursos econômicos e financeiros enfatiza a relevância de movimentar os recursos internos, coordená-los e aplicá-los de modo mais efetivo. Contudo, tais limitações vinculadas à qualidade e eficiência das instituições governamentais debilitam o funcionamento do Estado. As crises sociopolíticas e espaciais exacerbadas geram grande consequência de abrandamento econômico local e nacional, de modo a agravar sua condição de vulnerabilidade socioterritorial.

4. O impacto socioeconômico e vulnerabilidade territorial da cidade do Caracol

A concepção de vulnerabilidade territorial vem se destacando cada vez mais nos estudos da Geografia para analisar como diferentes lugares, territórios e regiões se encontram mais ou menos vulneráveis aos efeitos das crises, em boa parte advindas das instabilidades da globalização (SANTOS, 2000). Entretanto, pouco se discute, por exemplo, como podemos pensar a vulnerabilidade territorial, bem como que tipos de crises e eventos geográficos no território haitiano, principalmente na cidade Caracol, levam a essa situação geográfica.

De acordo com a temática das implicações socioespaciais e vulnerabilidade territorial da cidade de Caracol, é importante considerar que o meio habitado pelo ser humano está absoluta e completamente engolfado num campo político-econômico em que as vinculações e decisões tomadas pelo poder supremo se sobressaem e alcançam direta e completamente o ser humano e o meio ambiente. Porém, o estudo contemporâneo acerca dos desafios que envolvem o meio ambiente, especialmente sobre as influências sofridas pela sociedade humana diante do meio de plena produção e consumo, é possível compreender tal fenômeno histórico com base nas causalidades das premissas mercadológicas refletidas na ordem social, jurídica e ambiental moderna, nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive nos bens materiais e imateriais e na escala do espaço urbano.

Essa configuração do espaço urbano e territorial levam a compreender a nova escala de funcionamento das práticas produtivas e a estrutura concentrada do exercício do poder de manejo dos espaços e recursos, com uma divisão socioterritorial da capacidade das práticas espaciais que se afetam mutuamente. Compreendemos por práticas sociais e espaciais, os fluxos de crescimento econômico, interações socioespaciais, materiais e de transferências que concorrem no e ao longo do espaço de forma a caucionar a produção e a reprodução social do espaço. Assim, esses processos econômicos impactam nas situações do espaço urbano. Segundo análise de Mayer (1995), passam a sujeitar o mercado de trabalho e as políticas sociais, fazendo com que apareça a grande corporação urbana voltada para um



urbanismo de negócios que aproveita a mão de obra para lucrar. Portanto, as áreas urbanas envolveriam agentes econômicos privados e públicos, e a parceria público-privada configuraria novas formas de investimento por meio do estabelecimento de implantações de corporações transnacionais e internacionais nos diversos países periféricos.

E compreender a vulnerabilidade territorial do espaço urbano perpassa o circuito de produção e consumo da sociedade ao se usar espaço/território conforme os múltiplos interesses das políticas públicas, da ação dos mecanismos empresariais e da prática normativa dos governos, dentre outros. Assim, tal iniciativa das empresas multinacionais interfere na produção de negócios nas grandes cidades, como no caso da cidade de Caracol, valorizando os capitais das empresas, com ampliação de suas grandes corporações internacionais para diversos lugares e países periféricos. Tal fato faz com que a cidade se expanda para abrir frentes a seus investimentos do capital por meio de grandes operações e instalações de empresas nas áreas urbanas pelas práticas espaciais de seletividade.

Ressalta-se que tais atividades espaciais seletivas de Parque Industrial de Caracol tanto pelos aspectos das possibilidades oferecidas, quanto dos controles impostos entre os diversos agentes que, em suas mobilidades de reprodução socioeconômica e sua influência espacial de suas necessidades, permutam, reiteradamente, apenas impõem na escala intra-urbana no país, as estruturas de apropriação e de uso da cidade, e, portanto, na escala da rede das cidades, os modos de articulação produtiva por meio da divisão territorial do trabalho. Portanto, ambas as escalas e os processos, beneficiam a medida da coerção ou da espontaneidade por trás de decisões locais dissemelhantes dos agentes econômicos, seja de investimentos de sistemas capitalistas e as explorações mais delicadas da mão de obra para favorecer a acumulação do lucro no território haitiano, especialmente no Caracol.

Além disso, as implicações de nivelamento espacial e territorial reproduzem a acumulação na reaproximação da múltipla etapa da produção e funções da empresa se recompõem como uma redefinição da relação espaço-tempo, aproximando lugares e eliminando distâncias entre diversas regiões. É uma disposição que encontra na inserção dos espaços estabelecidos à lógica produtiva do capital o seu paradigma mais desenvolvido no território e no espaço urbano haitiano. E essas práticas são vigentes no período mais recente não só no território nacional, mas nos diversos outros países periféricos, por meio da implantação das grandes corporações para acumulação de capital com mão de obra barata.

No âmbito da evolução da lógica produtiva do capital, percebe-se as transfigurações do sistema capitalista no processo de acumulação do capital por meio da instalação de grandes empresas internacionais nos países do Terceiro Mundo. Segundo análise de Harvey



(2006) e Smith (1988), os processos de inovações das empresas são considerados como os que impulsionam a competição das grandes corporações capitalistas, em que se processam as realocações das atividades econômicas em direção aos espaços mais vantajosos para estruturas particulares de produção de mercadorias. Portanto, na busca de lugar mais proveitoso, tais empresas deixam alguns territórios mais vulneráveis economicamente. Porém, a maior vulnerabilidade é a que se alcança ao se proporcionarem os preceitos de território e mercado. A esse propósito, cabe a observação de Milton Santos de que: “território e mercado se tornam conceitos xipófagos, em sua condição de conjuntos sistêmicos de pontos que constituem um campo de forças independentes” dentro do território nacional.

É evidente que, no período atual, o território entra na lógica do mercado. Tal distribuição espacial das práticas oferece economicidade ao capital no cenário global, aproveitando os meios da viabilização política destas mobilidades de realocação das grandes corporações nos países subdesenvolvidos. O estabelecimento destas empresas de grande porte leva em conta a inquirição do Estado e as ferramentas de forças qualificadas que podem ser orientadas pelos poderes públicos a efetivarem ordenamentos espaciais via construção de novas infraestruturas, com mobilização dos recursos necessários para realocar as pessoas nesses lugares de modo a contribuir como forças produtivas para a sua acumulação do capital. Como aponta David Harvey (1995), na geografia histórica do novo capitalismo acontece uma reversão competitiva – atualmente, não é mais o capital que procura vantagens locacionais, porém, são as localidades que fornecem vantagens competitivas para atrair investimentos internacionais, como observado no Haiti, principalmente, por meio do estabelecimento do Parque Industrial do Caracol.

Embora se enfatize que esse Parque Industrial possa ter como resultado a aquisição de benefícios de produtividade, de formas maleáveis como estratégias de competitividade, a produção das grandes corporações não enfrenta grande competição no território haitiano porque esses produtos são fabricados para exportação com um custo de mão de obra barata e pouco qualificada para fortalecer o seu crescimento econômico. Para Singer (1977), esse processo de desenvolvimento econômico ocorre por meio de uma ruptura estrutural pela qual a produção dos bens industriais fabricados nacionalmente pela empresa internacional no país passa a competir com os bens produzidos pela indústria estrangeira de outros países. Dessa forma, o Estado se enfraquece frente aos interesses dessas grandes empresas devido ao nível de internacionalização das decisões de investimento da economia. Portanto, a questão do pacto político feito pelo Estado para instalação das grandes empresas internacionais pode



ter resultado sobre a economia nacional, acarretando certas fragilidades na receita fiscal e com certas implicações na gestão urbana do país.

No que se refere à concentração das atividades econômicas nas diversas áreas urbanas, Singer (1980) enfatiza que a urbanização apresenta peculiaridades na economia capitalista, tendo em vista que percorrem nas perspectivas micro e macroeconômicas, fazendo com que as decisões locacionais (das empresas) possam ser tomadas exclusivamente em atribuição com a primeira. Outrossim, as regiões beneficiadas ou não cessam de acumular as vantagens, e os resultados de difusão do progresso se fazem sentir num âmbito territorial moderadamente encabulado. Assim, a população dos territórios desfavorecidos atormenta-se, consequência de um empobrecimento relativo: “o arranjo intencional faz com que participem do progresso de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos” (SINGER, 1980, p. 37), contribuindo para tornar a vida dos trabalhadores mais vulnerável no Parque Industrial do Caracol.

Em certa medida, a situação dos trabalhadores vulneráveis tem se dado, relativamente, pela produção das situações locacionais do Parque Industrial na cidade de Caracol, que dão ao capital a possibilidade de impactar a estrutura ambientalmente perniciosa a terceiros, considerados países periféricos, como no caso do Haiti, principalmente a cidade de Caracol – assim como de não serem por eles prejudicados e vulnerabilizados (os países do centro de sistema capitalista). Estes países terceiros, geralmente considerados como os países subdesenvolvidos, por meio de normas e de incentivos fiscais, possuem grupos de pessoas mais vulneráveis e despossuídas na área urbana (SEGUY, 2014) e desigualdades socioespaciais ambientais. Por essa razão, continua a exteriorizar-se a porção completa da espacialidade do sistema capitalista prodigalizada no território haitiano (DESROSIERS, 2014), principalmente na cidade de Caracol, por meio da instalação do Parque Industrial do Caracol (PIC). Pode-se perceber que essas realocações inigualitárias na cidade de Caracol dão-se nas diversas escalas territoriais, tencionando-se a internacionalização do espaço urbano do país.

É possível notar que tal internacionalização do espaço permite às grandes corporações, então, conduzir uma peculiaridade de extorsão de localização territorial estratégica no Haiti por interferência de seus investimentos do capital, com consequências sociais e ambientais na estrutura urbana. Como essa empresa aproveita sua grande variabilidade, faz com que o capital investido no Departamento de Nordeste do Haiti retenha partes cruciais das populações regionais e também da cidade de Caracol na possibilidade de efetivar a promessa de crescimento econômico, desenvolvimento da infraestrutura locacional,



de emprego e renda a qualquer custo – mesmo ao custo da subordinação dos riscos socioespaciais e ambientais exagerados nas áreas urbanas, além dos custos de mão de obra mais barata, que facilitam a acumulação por espoliação ao proveito do Parque Industrial de Caracol sem considerar uma renda apropriada para a população e para a classe trabalhadora.

Na economia urbana dos países industriais, segundo a reflexão de Santos (2004 [2002]), os cidadãos pobres são relativamente poucos e pertencem historicamente às populações discriminadas, aos grupos que as mutações econômicas não permitiram triunfar e à população imigrante a realizar as tarefas mais ingratas, desprezadas pelos nacionais, mas fundamentais para o crescimento e funcionamento da economia. Nos países subdesenvolvidos (tal como no Haiti), os pobres urbanos são geralmente mais numerosos, oriundos das classes médias, pobres rurais e urbanos dos países pobres.

No contexto da aglomeração das empresas para reduzir a condução de pobreza nos países periféricos, Singer (1980) aponta que tal agregação industrial pode ocorrer por motivo de exigência da utilização de uma infraestrutura similar de serviços, por exemplo: acesso à água, comunicações e transportes, como também de economias internacionais. Como menciona Paul Singer (1977), uma organização harmoniosa da indústria (como no caso, por exemplo, do Parque Industrial de Caracol) pode ser estabelecida num determinado espaço exclusivamente. E poderia acontecer, caso a dialética não fosse a da corporação individual, que não executasse um investimento privado, mas a de uma logística global que influencia os recentes investimentos com uma conclusão pré-definida. Santos (2009) afirma que, quando uma corporação opera no espaço geográfico através dos sistemas de transportes e comunicação, de fato, a relação que se deve buscar, entre o espaço e o sistema técnico, é extensivo a todas as exteriorizações da técnica, inseridas as técnicas da própria ação nos investimentos para facilitar os transportes dos trabalhadores que trabalham na empresa, como observado na Figura 1 durante as visitas técnicas e do trabalho de campo realizados no Parque Industrial de Caracol (PIC).

**Figura 1 - Ônibus assumidos o transporte dos trabalhadores no PIC – 2023.****Fonte** -Trabalho de campo, autor, realizado em 20 de janeiro de 2023.

Com os novos investimentos do Parque Industrial de Caracol, essa cidade apresenta vantagens fundiárias para o seu estabelecimento, regulatórias e incentivos fiscais, tornando menos rígidas as regras ambientais e urbanísticas do Haiti. E essa competição entre diversas áreas perpassa a oferta de espaços da cidade Caracol para poluir, removendo a população de baixa renda de forma a dotar o espaço urbano de um sistema técnico avançado; como resultado, as aglomerações sociais ao redor da empresa serão vulnerabilizadas pela otimização econômica no centro da cidade de Caracol. No decorrer das visitas técnicas realizadas na cidade de Caracol na data de 20 de janeiro de 2023, segundo a entrevista realizada com Jean Alphonse, estudante da Universidade Estadual de Limonade, foi feita a seguinte questão: qual a função do Parque Industrial do Caracol na vida da população local em relação ao uso dos territórios nacionais em questão? Quais as consequências da implantação do PIC diante da vulnerabilidade territorial e econômica desta cidade? Ele respondeu:

O PIC facilita a criação de emprego porque muitas pessoas trabalham nesta empresa e também permite um aumento da população urbana, ou seja, pessoas vindas das áreas circundantes vivem nesta cidade. Devido ao aumento do fluxo populacional na região, a empresa, em parceria com a administração pública do município, coloca diversas delegacias para aumentar a segurança na cidade. A implantação deste PIC traz algumas consequências para a população local, tais como: a degradação do meio ambiente urbano por meio de diversos resíduos biodegradáveis que podem participar do fenômeno das



mudanças climáticas na área urbana, ou seja, liberação de gases de efeito estufa de equipamentos elétricos e máquinas mecânicas (Jean Alphonce, informação verbal, janeiro de 2023).

Convém lembrar que o desenvolvimento de situações políticas perpassa a disposição dos poderes locais e dos Estados nacionais a deslegitimar normas ambientais para o estabelecimento de empresas transnacionais no Haiti. E tal fato gera importantes consequências para a população do Nordeste haitiano, principalmente da cidade de Caracol, relacionadas às situações de considerável desestruturação política das sociedades locais e regionais a fim de que estas se revelem dispostas a permitir atividades prejudiciais e danosas no espaço geográfico de Caracol pelo processo erosivo, e provocando a destruição de grande parte da agricultura no decorrer do período pluvial devido à falta de tratamento de esgoto no centro da cidade de Caracol pela administração local, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 - Poluição do esgotamento no centro espaço urbano da cidade de Caracol -2023.



Fonte - Trabalho de campo, autor, realizado em 20 de janeiro de 2023.

É notório, a esse respeito, o que se observa nos diversos pontos da cidade de Caracol: grandes descartes de lixo orgânico e papelão e carga de lixo químico, agravando a condição ambiental da cidade, como se observa na Figura 3.

**Figura 3** - Depósitos de lixo na cidade de Caracol

Fonte - Acervos de Caracol (2016).

É nessa perspectiva que as grandes corporações buscam os territórios e portos de países periféricos, como no caso do Haiti, para aceitarem sua instalação sob auspício de crescimento econômico, desenvolvimento das infraestruturas e geração de empregos. E as vantagens dos incentivos fiscais atestam as situações políticas fortuitamente apropriadas à sua instalação por uma eventual exploração da mão de obra da população, de modo a facilitar o crescimento de lucros por processo de acumulação por espoliação. Portanto, tal acumulação de lucros é obtida pelos ganhos de produtividade na cidade de Caracol.

Diante do cenário da dinâmica de competitividade da economia moderna, ao instalar as grandes corporações em seus territórios, os países periféricos vêm sofrendo uma fragilidade essencial pelo descompasso no crescimento econômico local. Portanto, os esforços em oposição à acumulação por espoliação ocorrem em escalas mais diversificadas, e, por sua vez, a aptidão é a de explorar a aspectos corporativos *ad hoc*, adaptáveis. Segundo análise de David Harvey (2003 [2005]), tem havido obstáculos para se destacar o caráter orgânico da empresa entre a reprodução desenvolvida, os conflitos de classe internos ao sistema capitalismo e a acumulação por espoliação. Do ponto de vista das mobilidades por legalidade socioambiental, não obstante, o cordão umbilical entre esses conflitos permaneceria na articulação dialética entre as duas estruturas de expropriação em momento de liberalização dos corpos dos trabalhadores como consumidores oprimidos dos desperdícios da produção



de riqueza, e também dos recursos municipais das comunidades que se envolvem na área de crescimento do capital. E o que se encontra em conjunto entre ambas as vantagens de expropriação é que elas estão sustentadas na dinâmica de chantagem locacional realizada pelo capital nesses territórios.

Considera-se relevante destacar que tais processos de deslocalização de grandes corporações, assim representados na cidade de Caracol, vinculam-se vigorosamente às dinâmicas de acumulação ditas por David Harvey (2003 [2005]) como *por espoliação*. Isso porque o capitalismo necessita incorporar territórios não capitalistas à produção de valor para enfrentar as crises de sobreacumulação, encontrar escoadouro lucrativo para os capitais excedentes e estabilizar a estrutura. Estes territórios devem ser, portanto, continuamente abertos para fornecer insumos, trabalho e terra a baixo custo a fim de facilitar a dinâmica da competitividade. Acerca da dinâmica de competitividade, que vem aumentando os lucros com crescente desigualdade socioespacial, Benko e Pecquer (2001) relatam que esses territórios fornecem recursos incomparáveis, intransferíveis e particulares no mercado. Nesse contexto, esses recursos peculiares diferenciam os espaços e consolidam as localizações das atividades econômicas das empresas. Assim, os agentes locais e a política local desempenham uma função crucial na gestão e no estabelecimento dos recursos existentes no território.

Sendo assim, tais estratégias de competitividade são bem custosas e dispõem, moderadamente, o estabelecimento das situações locais que sustentam ao capital a possibilidade de prejudicar ambientalmente o território haitiano, principalmente a cidade de Caracol, apesar de não ser prejudicado o Parque Industrial de Caracol. Porém, o território haitiano, por meio das normas estabelecidas pelo Estado nacional, deixa as populações locais e grupos sociais mais vulneráveis e despossuídos suscetíveis à desigualdade socioespacial, ambiental e econômica, que passam a crescer. Por esse motivo, exterioriza-se a porção constituinte da espacialidade do capitalismo liberado no espaço geográfico da cidade de Caracol, situada no Nordeste do Haiti. Essas realocações desiguais das grandes empresas ocorrem em todas as escalas do território nacional que tem sido internacionalizado, todavia, com própria veemência nas transformações neoliberais que tem praticado a política da acumulação dos lucros com exploração de mão de obra precária, tornando o espaço geográfico da cidade de Caracol mais vulnerável e empobrecido.

Tal política de investimento imposta no território haitiano faz com que a cidade de Caracol tenha uma concentração de depósitos de papel, resíduos elétricos e papelão que representam notoriamente esta articulação dialética entre a obsolescência organizada das



mercadorias de vestuário impostas pelo Parque Industrial do Caracol, planejada também pelas grandes corporações instaladas no território haitiano, e as dinâmicas de sua localização relacionadas ao processo de acumulação de riqueza para os acionistas da indústria de confecção de vestuários, não só no território nacional, mas também nos diversos países subdesenvolvidos.

5. Considerações finais

O processo de estabilidade política, recuperada a partir de 20 anos, provoca a restrição do estabelecimento bem-sucedido de um quadro macroeconômico, o aumento da insegurança e baixo nível de crescimento econômico contínuo durante os últimos anos, fatos que representam importantes impactos sobre a vida cotidiana da população e aumento da desigualdade socioambiental. O Haiti, diante da seriedade das desigualdades sociais e das repercussões da pobreza elencadas, está empenhado em assumir os desafios de buscar, através de um processo interativo abrangente com todos os agentes dos diferentes setores da população, as melhores estratégias para o desenvolvimento econômico sustentável para a redução considerável da pobreza.

Como a estabilidade macroeconômica é um dos pré-requisitos essenciais para a implementação de uma estratégia de crescimento e diminuição da pobreza no território haitiano, o governo nacional abre-se à instalação das grandes corporações, comumente sob a denominação de Zona Franca e Parque Industrial na cidade Caracol, sob auspício de crescimento econômico nacional e para geração de emprego à comunidade haitiana, com o pressuposto de que tal estabelecimento das empresas combaterá a pobreza e contribuirá para o desenvolvimento econômico do país. Mesmo que a instalação do Parque Industrial de Caracol possa gerar alguns empregos para a comunidade do Nordeste do Haiti, aproveita-se a situação de sua precariedade, que tem como resultado o aumento dos lucros com a exploração de mão de obra mais barata (espoliação produtiva). Além disso, aumentam-se a degradação ambiental e a vulnerabilidade urbana com descarte de materiais sólidos e lixo ao redor das ruas e nos rios, provocando grandes danos ambientais e riscos para a saúde da população urbana de Caracol.

Agradecimento

O trabalho derivado de pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo n. 2021/05411-5.



6. Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 33 – 2015, p.57-68.

BENKO, Georges; PECQUER, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v.16, n.32, p 31-50, 2001.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007 [2012].

BRANDÃO, Carlos. **Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento**. O & S, v.15 - n. 45, p.145-157, 2008.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 2005 [1996]).

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação socioespacial, escalas e práticas sociais. **CIDADES**, v.4, n.6, 2007, p.61-72.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 1974.

GATEAU, J. **Les enjeux de la democracie en Haïti**. International Debate Education Association, março de 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Ed. Loyola, SP, 1992.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2 eds. São Paulo: Edições Loyola, 2003 [2005].

_____. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7 eds. São Paulo: Edições Loyola, 2003 [2013].

LENCIONI, S. A Reestruturação da Indústria Têxtil no Estado de São Paulo. **Revista de Departamento de Geografia da USP**, v.11, p. 79-90, 1996.

LENCIONI, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins**, v. 14, p. 1-15, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MAYER, M. **Post-fordist city politics**. In: A. AMIN (ed.), Post-fordism – a reader, Blackwell, Oxford, 1995.

Ministère de la planification et de la Coopération Externe (MPCE). **Programme d'action pour le développement d'Haïti 2001-2010**. Troisième conference des Nations Unies sur les pays les moins avancés, 2001.

OMD: **Objectif Milenaire pour le Developpement**: Haïti, un nouveau regard. Rapport, 2013.

PIERRE-CHARLES, Gérard. **Évolution historique de l'économie d'Haïti: de l'impulsion créatrice à la dégradation**. Revista Cairn.Info, v.1, n.169, p.57-66, 2004.



PIR-Programme Intégré de Réponse aux Besoins Urgents des Communautés et des Populations Vulnérables (PIR). Sistema des Nations Unies, République d' Haiti, 2003.

PNUD-Rapport **Objectifs du Millénaire pour le développement:** Haiti un nouveau regard. Haiti/PNUD, 2013, p.1-246.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [2010].

_____. **O Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2a ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **A natureza do espaço. Técnica tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2009.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2014.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1977.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

_____. **Dinâmica populacional e desenvolvimento.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.